

3. Emprego e empreendedorismo

Introdução

Os jovens têm vindo a ser significativamente afetados por várias crises e medidas de austeridade desde 2011.

Há um esforço concertado com programas e medidas políticas para promover o emprego e o empreendedorismo entre os jovens, centrando-se no combate ao desemprego jovem, na abordagem das questões relativas aos jovens em situação NEET (jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação) e na melhoria da qualidade do emprego para os jovens, que são propensos ao emprego precário.

Portugal tem a segunda taxa mais elevada de contratos precários da UE. Segundo o Eurostat, em 2022 Portugal estava em quarto lugar com 16,6 % de contratos precários, mas em 2024 passou para o segundo lugar, ultrapassando a Espanha, com apenas os Países Baixos a ter uma percentagem superior (27,2 %).

Sob a tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, uma rede de serviços públicos implementa políticas neste campo. A colaboração interministerial é fundamental no combate ao desemprego jovem e na promoção de condições de trabalho dignas. Por exemplo, no âmbito do programa Garantia Jovem, é necessária a coordenação entre o emprego, a educação, a economia, a juventude, os negócios estrangeiros (para a mobilidade internacional) e a Presidência do Conselho de Ministros, que integra a Direção-Geral das Autarquias Locais.

Os parceiros sociais também desempenham um papel significativo na criação de políticas e na procura de soluções, através do diálogo social por intermédio da Comissão Permanente de Concertação Social e de outros organismos tripartidos. As organizações não governamentais, como a Associação Nacional de Jovens Empresários e a Fundação da Juventude, na área do empreendedorismo, são participantes ativos. A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) atua como um mecanismo nacional de não discriminação no mercado de trabalho (ver secção 3.2).

O empenho político e os esforços nacionais são apoiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). O Portugal 2030 inclui intervenções em políticas ativas do mercado de trabalho que abordam os desafios demográficos e o desemprego. Além disso, o Estado incentiva a contratação de jovens com contrato de trabalho sem termo através de subsídios diretos à contratação e da redução das taxas de contribuição durante cinco anos. Desde 2017 que o serviço público de emprego (SPE) oferece incentivos financeiros para converter os contratos de estágio em contratos de trabalho sem termo.

As iniciativas e os programas existentes que se centram na educação para o empreendedorismo são desenvolvidos a nível nacional, regional e local. O empreendedorismo é promovido pelo Estado e a nível local. A atual estratégia nacional para o Empreendedorismo – StartUp Portugal – tem como objetivo incentivar o espírito empreendedor, destacando o ecossistema empresarial de Lisboa, reconhecida como a Cidade Empreendedora Europeia, e a cultura empresarial florescente em Portugal. Esta cultura resulta de eventos como a Web Summit Lisbon, que influencia as políticas de empreendedorismo dirigidas aos jovens e incentiva o empreendedorismo tecnológico nas indústrias criativas e nos domínios da economia verde e azul (ver secção 3.10).

3.1 Contexto geral

Nesta página

Mercado de trabalho no país

Definições e conceitos

Mercado de trabalho no país

Nos últimos anos, Portugal passou por profundas mudanças sociais e económicas que tiveram um forte impacto nos padrões e nas dinâmicas do mercado de trabalho português.

Em junho de 2017, o desempenho do país permitiu-lhe sair do procedimento de déficit excessivo e, em março de 2018, no âmbito do Semestre Europeu, a Comissão Europeia reconheceu que Portugal tinha corrigido os seus desequilíbrios macroeconómicos excessivos. De facto, em 2017 e 2018, Portugal teve o melhor desempenho económico e financeiro de várias décadas, permitindo que o mercado de trabalho do país recuperasse a maior parte dos empregos perdidos durante a crise financeira e diminuísse a sua taxa de desemprego para os níveis anteriores à crise. Portugal registou um crescimento económico de 2,3 % em 2023 e de 2,2 % no quarto trimestre de 2024, tornando-se no país da UE com maior crescimento em 2023 (1,9 %), à frente da Espanha (1,8 %) e da Bélgica (1,5 %), o que influenciou a evolução positiva do desemprego, em particular do desemprego jovem.

Esta recuperação significativa do emprego trouxe também uma melhoria da qualidade do emprego em Portugal, sendo que a maior parte do crescimento do emprego deveu-se ao aumento dos contratos de trabalho sem termo e com tendências promissoras nos salários e na negociação coletiva.

Sistema de trabalho

No que diz respeito à regulamentação do mercado de trabalho, a principal lei em Portugal é o Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que foi alterada várias vezes nos últimos anos para responder de forma adequada às novas necessidades e realidades.

Além do Código do Trabalho, a negociação coletiva desempenha um papel importante na regulamentação do mercado de trabalho. O instrumento de negociação coletiva mais comum em Portugal é o acordo coletivo, uma convenção celebrada entre sindicatos e associações de empregadores, cujo objetivo é regular as atividades dos setores produtivos. Dada a persistência dos desequilíbrios estruturais do mercado de trabalho português e os crescentes desafios de adaptação a nível setorial e empresarial, a negociação coletiva desempenha um papel cada vez mais crucial no equilíbrio das relações laborais.

A Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, introduziu um conjunto abrangente de alterações ao Código do Trabalho para limitar o quadro jurídico dos contratos de trabalho temporários, de forma a assegurar uma maior proteção dos trabalhadores temporários para reduzir o recurso excessivo a contratos temporários e promover o trabalho sem termo. A Lei também alterou o Código do Trabalho para desencorajar o trabalho informal ou subdeclarado e para promover a contratação sem termo em setores económicos sazonais, bem como para garantir uma maior proteção aos trabalhadores temporários. No âmbito da negociação coletiva, as medidas de alteração da legislação laboral visam diminuir a individualização excessiva das relações laborais e promover a dimensão coletiva da regulamentação laboral, evitando simultaneamente o surgimento de lacunas jurídicas em caso de caducidade dos acordos coletivos.

Além das alterações ao Código do Trabalho, o Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva compreende também um conjunto de ações políticas para reforçar a regulação do mercado de trabalho, meios e instrumentos, incluindo a inspeção do trabalho, tendo a Autoridade para as Condições de Trabalho o maior número de inspetores em funções desde a sua criação em 2006.

Principais tendências no mercado de trabalho português

A taxa de emprego em Portugal (15-64 anos) atingiu o seu valor mais elevado em 2008 com 68 %, tendo depois diminuído até 2013, ano em que o valor chegou aos 60,6 %, aumentando para 67,8 % em 2017 e – ultrapassando 2008 - para 69,7 % em 2018. A taxa de emprego atingiu os 76,1 % em 2019, valor acima da média europeia de 73,9 %. No primeiro trimestre de 2024, a população ativa aumentou 0,8 % em relação ao trimestre anterior.

Relativamente ao mercado de trabalho, os últimos anos têm sido caracterizados por um decréscimo contínuo da taxa de desemprego desde 2013, passando de 16,4 % (2013) para 6,5 % em 2019, próximo das taxas da União Europeia (UE28) – 6,3 % em 2019. Portugal registou uma taxa de desemprego de 6,5 % em maio de 2024, em comparação com 6,4 % em maio de 2023. O desemprego afeta sobretudo os jovens e os trabalhadores pouco qualificados.

O desemprego de longa duração (12 ou mais meses) aumentou significativamente em 2014 (59,6 %) e, desde então, o desemprego de longa duração tem vindo a diminuir de forma consistente, representando 55,4 %, 49,9 % e 43,7 % do desemprego total em 2016, 2017 e 2018, respetivamente. Em março de 2024, a taxa de desemprego de longa duração situava-se nos 6,5 % e igualava o valor registado em 2023.

Os jovens e o mercado de trabalho

O desemprego afeta sobretudo os trabalhadores mais jovens e mais velhos. Em 2023, a taxa de desemprego dos jovens dos 15 aos 24 anos era de 13,8 % na UE27, atingindo 20,3 % em Portugal.

As condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho têm-se caracterizado pela precariedade, nomeadamente pelo aumento do trabalho a tempo parcial e temporário. A pandemia de coronavírus veio acentuar as dificuldades na inserção no mercado de trabalho para os jovens, estando Portugal alinhado com o plano de recuperação da UE para os jovens – Uma ponte para o emprego: Reforçar a Garantia Jovem.

Apesar da sua dificuldade em integrar o mercado de trabalho, Portugal registou uma melhoria notável desde 2013 no que diz respeito à percentagem de jovens que não trabalham, não estudam, nem estão em formação (NEET). Em 2023, 8,5 % dos jovens entre os 15 e os 29 anos estavam numa situação de NEET em Portugal, abaixo da percentagem média da UE27 – 11,2 %.

Os programas de estágio do IEFP foram recentemente reestruturados, levando à criação do “Programa +Talento – Estágios +Talento” . Este programa destina-se a jovens desempregados inscritos no IEFP ou que tenham emigrado definitivamente há, pelo menos, 12 meses com idades iguais ou inferiores a 35 anos e detentores de uma qualificação de nível 6 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações.

Existem também os “Estágios Iniciar” destinados a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, detentores de uma qualificação de nível 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações.

Em ambos os programas os jovens com deficiência são sempre beneficiários elegíveis.

No âmbito das iniciativas de apoio ao emprego e à contratação, o programa “AVANÇAR” foi também substituído pela medida “Emprego +Talento” (que também se encontra ao abrigo do programa +Talento, Portaria n.º 221/2024/1, de 23 de setembro). Esta medida concede um apoio financeiro às entidades

empregadoras na contratação de jovens desempregados - inscritos no IEFP ou que tenham emigrado de forma permanente há, pelo menos, 12 meses - com contrato de trabalho a tempo inteiro e permanente. Os candidatos elegíveis devem ser titulares de um curso superior e o salário estabelecido no contrato deve ser igual ou superior à remuneração de entrada de um licenciado na carreira geral de técnico superior da Administração Pública.

Tendências futuras

O Programa do XXIV Governo Constitucional (2024-2027) inclui várias medidas relacionadas com o emprego dirigidas aos jovens:

- Reformular os critérios de elegibilidade para os estágios profissionais financiados.
- Programa Jovens técnicos para a indústria.
- Programa Jovens doutorados para a indústria.
- Criação de um plano nacional para apoiar todos os jovens com deficiência na transição da escola para o mercado de trabalho.

Definições e conceitos

A idade legal e mínima para trabalhar é de 16 anos: o menor com idade inferior a 16 anos que tenha concluído a escolaridade obrigatória ou esteja matriculado e a frequentar o nível secundário de educação pode prestar trabalhos leves que consistam em tarefas simples e definidas que, pela sua natureza, pelos esforços físicos ou mentais exigidos ou pelas condições específicas em que são realizadas, não sejam suscetíveis de o prejudicar no que respeita à integridade física, segurança e saúde, assiduidade escolar, participação em programas de orientação ou de formação, capacidade para beneficiar da instrução ministrada, ou ainda ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral, intelectual e cultural (Código do Trabalho – Artigo 68.º, n.º 3).

Idade normal de acesso à pensão por velhice: em 2024, a idade mínima, sob o regime geral de segurança social, é de 66 anos e 4 meses. Em 2025 será de 66 anos e 7 meses. Esta idade é ajustada anualmente pelo Governo, em função do fator de sustentabilidade baseado na evolução da esperança média de vida.

Escolaridade obrigatória: termina quando o aluno obtém o seu diploma de conclusão do ensino secundário ou no final do ano letivo em que completa 18 anos de idade, independentemente do ciclo ou nível de ensino.

Grandes Opções do Plano – GOP – instrumentos de política económica do Governo que fundamentam as orientações estratégicas da política de desenvolvimento económico e social.

Indexante dos apoios sociais (IAS) – valor base que serve de referência para o cálculo e atualização das contribuições, pensões e outras prestações sociais atribuídas pela Segurança Social. Para 2025, o montante do IAS foi fixado em 552,50 EUR.

Regulamentação laboral

Contrato a termo certo: duração e regime do contrato de trabalho a termo certo. A partir de outubro de 2019, a duração máxima dos contratos a termo certo passou a ser de dois anos, incluindo renovações (máximo de 6), e a duração máxima acumulada das renovações não pode exceder o período inicial do contrato.

Salário mínimo: a Constituição Portuguesa define o estabelecimento de um salário mínimo mensal que é regulado pelo Código do Trabalho. O salário mínimo é atualizado pelo Governo, após consultar os parceiros sociais na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS). Para 2025, o salário mínimo mensal foi atualizado para 870 EUR.

Trabalho a tempo parcial: corresponde a um período normal de trabalho semanal inferior ao do trabalho a tempo inteiro prestado em condições semelhantes.

3.2 Administração e governação

Nesta página

Governação

Cooperação intersectorial

Governação

Ao nível do empreendedorismo, o Governo iniciou em 2016 a Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – StartUp Portugal. Esta estratégia engloba uma série de medidas e iniciativas destinadas a fomentar o ecossistema empresarial, com disposições específicas dirigidas aos jovens, como o financiamento de startups para jovens empreendedores e a promoção da cultura do empreendedorismo (<https://startupportugal.com/>).

Em Portugal, a entidade que supervisiona o trabalho é o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Sob a supervisão deste Ministério, existem serviços de administração direta que incluem, entre outros, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Direção-Geral para o Emprego e Relações do Trabalho; e serviços de administração indireta, entre os quais o Instituto da Segurança Social, I.P.- ISS e o Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, I.P.

Existem ainda entidades de supervisão conjunta, como a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional I.P (ANQEP, IP). A maioria das políticas ativas do mercado de trabalho é implementada pelo serviço público de emprego e formação profissional (IEFP, I.P.), que intervêm a nível nacional, regional e local em Portugal continental.

O IEFP, I.P. é a entidade pública que implementa as políticas ativas do mercado de trabalho. A sua missão é promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego através da implementação de políticas ativas do mercado de trabalho, incluindo políticas de emprego, formação profissional e reabilitação profissional.

O controlo do cumprimento das normas laborais é da responsabilidade da ACT, que é também responsável pela segurança e saúde no trabalho.

A proteção no desemprego e outras políticas sociais são promovidas pelos serviços públicos de segurança social (SS) que atuam a nível nacional, regional e local em Portugal continental e a nível das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, através do Instituto de Segurança Social (ISS).

A Lei que regula o sistema de segurança social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, atualizada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro) define as regras de funcionamento do sistema de proteção social português. O seu financiamento provém das contribuições pagas pelos empregadores e pelos trabalhadores, no âmbito do sistema obrigatório de segurança social.

Existe também um organismo nacional para promover a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

No que diz respeito ao financiamento, as políticas ativas do mercado de trabalho são parcialmente financiadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para o período entre 2021 e 2027, em especial o Fundo Social Europeu Mais (FSE+), que é o principal instrumento de promoção do emprego no contexto da estratégia de crescimento Europa 2020.

Os principais Atores

Autoridades governamentais

Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Responsável pela formulação, implementação e avaliação das políticas de emprego, formação profissional, relações laborais, condições de trabalho, solidariedade e segurança social. Coordena as políticas sociais de apoio às famílias, às crianças, aos jovens em risco, aos idosos, à natalidade, à inclusão das pessoas com deficiência, à redução da pobreza e à inclusão social.

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.)

Entidade pública sob a tutela do Ministério do Trabalho, responsável pela implementação das políticas ativas do mercado de trabalho. Promove ações de luta contra o desemprego através da formação profissional e da reabilitação profissional. Gere as medidas do programa Garantia Jovem relacionadas com o emprego, os estágios, o apoio à contratação e o empreendedorismo.

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Apoia a conceção de políticas de emprego e formação profissional, certifica as entidades formadoras, regula o acesso às profissões e as relações laborais, promove a saúde e a segurança no trabalho, o diálogo social, a negociação coletiva e previne os conflitos laborais.

Autoridade para as Condições do Trabalho

Promove a melhoria das condições de trabalho através da aplicação da regulamentação laboral nas relações laborais privadas e da promoção da saúde e segurança no trabalho em todos os setores.

Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto público sob a tutela do Ministério do Trabalho, que assegura o bem-estar e a inclusão social no sistema de segurança social, ao reconhecer os direitos e garantindo o cumprimento das obrigações. Implementa e monitoriza medidas para integrar os jovens no mercado de trabalho em cooperação com os empregadores.

Ministério da Economia

Responsável pela economia portuguesa, nomeadamente no que respeita à indústria, energia, comércio, turismo e serviços.

IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

Instituição pública sob a tutela do Ministério da Economia, que promove a competitividade e o crescimento das empresas. Apoia a conceção, implementação e avaliação das medidas e políticas de juventude no âmbito da estratégia StartUp Portugal.

Direção-Geral da Educação

Implementa políticas relativas ao ensino pré-escolar, básico, secundário e extracurricular. Presta apoio técnico à formulação de políticas. Acompanha as medidas de emprego e de empreendedorismo com relações educativas intersectoriais.

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

Instituto público sob a tutela do Ministério da Educação e do Trabalho. Implementa e coordena políticas de educação e formação profissional para jovens e adultos. Gere os sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Instituto público com autonomia administrativa e financeira. Desenvolve iniciativas no setor da juventude em várias áreas de intervenção.

Nível regional

A nível regional, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores têm autonomia para desenvolver, implementar e aplicar as políticas de juventude, dispondo cada uma delas de um gabinete regional. Têm também autonomia na política de emprego e formação profissional, sendo os serviços públicos regionais independentes do IEFP, I.P., que apenas tem jurisdição em Portugal continental. Estes serviços são a Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego nos Açores e o Instituto de Emprego da Madeira. As medidas da Garantia Jovem são aplicadas apenas no continente, com planos regionais específicos geridos por estas entidades.

Nos Açores, a Direção Regional de Juventude é o serviço executivo do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, responsável pela conceção, implementação e avaliação da política de juventude. Na Madeira, a Direção Regional de Juventude e Desporto opera sob a tutela da Secretaria Regional de Educação, com iniciativas e programas de emprego e empreendedorismo.

Organizações não governamentais

Comités, Confederações e Sindicatos

A Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) é um órgão tripartido de concertação social, regulado pela lei e organizado em mecanismos de consulta e negociação. É mediador do diálogo social e negocia com o Governo e os parceiros sociais – confederações sindicais e confederações patronais.

A sua principal responsabilidade é promover o diálogo social para facilitar os acordos. Comenta igualmente a legislação e as políticas nos domínios do desenvolvimento socioeconómico e propõe soluções. Nos últimos anos, celebrou vários acordos sobre políticas de emprego e legislação.

Além da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), as principais organizações que constituem esta entidade de diálogo intersectorial para a definição da política de trabalho são:

Do lado dos empregadores:

- Confederação dos Agricultores Portugueses
- Confederação Portuguesa de Comércio e Serviços

- Confederação Industrial Portuguesa
- Confederação Portuguesa do Turismo

Do lado dos trabalhadores:

- CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional): uma confederação sindical constituída por associações sindicais nacionais que aderem voluntariamente à CGTP-IN. No seio da CGTP-IN, existem organizações com órgãos próprios e específicos, como é o caso da Interjovem – uma organização de jovens trabalhadores composta por jovens dirigentes sindicais.
- União Geral dos Trabalhadores – UGT: uma confederação sindical composta por sindicatos democráticos que aderem voluntariamente à UGT. Um dos seus órgãos é uma Comissão de Juventude.

Outras organizações não governamentais

Associação Nacional dos Jovens Empresários. Uma associação privada de utilidade pública que representa os jovens empreendedores portugueses e apoia a sua atividade empresarial.

É uma instituição fundamental para a promoção do empreendedorismo jovem, desenvolvendo iniciativas para fomentar o emprego e o empreendedorismo com base na inovação, na investigação e no desenvolvimento.

Algumas iniciativas e programas cooperam estreitamente com entidades públicas, nomeadamente o IEFP, I.P., que apoia a Academia dos Empreendedores criada pela ANJE para promover uma cultura de iniciativa e de risco junto dos jovens portugueses.

Conselho Nacional de Juventude. A plataforma representativa das associações juvenis nacionais, abrangendo as diversas expressões das associações juvenis (cultural, ambiental, escutista, partidária, estudantil, sindical e confessional).

O Conselho Nacional de Juventude promove o debate sobre a juventude portuguesa e medeia como conselheiro ou representante dos jovens junto das instituições governamentais.

Federação Nacional das Associações Juvenis. A rede oficial que representa as associações juvenis locais e as suas federações regionais.

Através das suas atividades de promoção das associações juvenis, está envolvida em várias iniciativas e medidas de emprego e empreendedorismo, trabalhando em estreita colaboração com a administração pública local.

Fundação da Juventude. Uma instituição privada, de interesse público, sem fins lucrativos que se centra na formação, no empreendedorismo e no apoio ao emprego jovem.

É responsável pela implementação do programa “PEJENE” – Programa de Estágios de Jovens Estudantes do Ensino Superior em Empresas e Ninhos de Empresas.

Cooperação intersectorial

Em algumas iniciativas e medidas de emprego e empreendedorismo – onde se destaca o programa Garantia Jovem – existe uma colaboração interministerial, nomeadamente entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação (DGE), e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e o Ministério da Economia, nas suas respetivas áreas de competência, de acordo com a tipologia dos programas e medidas.

No que diz respeito ao empreendedorismo, existe uma colaboração interministerial com o Ministério da Economia, através do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

No contexto das medidas de integração dos jovens no mercado de trabalho, nomeadamente na área dos estágios e da mobilidade internacional, existe uma cooperação interministerial com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O programa de estágios profissionais na Administração Pública, enquadrado nas medidas do Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem inclui, a nível central, o envolvimento de vários ministérios e entidades públicas, como o Instituto Português do Desporto e Juventude. A nível local, é coordenado através da Presidência do Conselho de Ministros e está integrado na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Nível parlamentar

A Assembleia da República tem comissões especializadas, como a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, em funcionamento desde 12 de novembro de 2015. Entre outras competências, na área da juventude, a comissão é responsável por tratar das políticas de juventude, no que diz respeito ao emprego e ao empreendedorismo. Deverá manter um diálogo e relacionar o seu trabalho às outras comissões especializadas, em particular a 10.ª Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social.

3.3 Previsão de competências

Nesta página

Sistema(s) de previsão

Desenvolvimento de competências

Sistema(s) de previsão

Para articular a oferta de competências e as necessidades do mercado de trabalho, Portugal tem vindo a desenvolver medidas para adaptar as competências de formação à procura atual.

O Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) foi criado em 2007, desenvolvendo instrumentos como o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Neste contexto, tornou-se possível antecipar as necessidades de formação e o subsequente planeamento das ofertas de educação e formação, de acordo com as orientações do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), adotadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em 2008.

Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)

O Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) inclui todos os níveis de educação: ensino básico, secundário e superior, formação profissional e procedimentos não formais e informais de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Está estruturado em oito níveis de qualificação, caracterizados de acordo com três áreas para a definição dos resultados de aprendizagem: Conhecimento; Competências; Atitudes.

Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)

O Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) é um instrumento de gestão estratégica das qualificações de base (não correspondentes a um curso superior), gerido pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional PI (ANQEP, I.P.)

Trata-se de um instrumento aberto, que está em constante atualização.

O CNQ é atualizado através do Modelo Aberto de Consulta para a Atualização do Catálogo Nacional de Qualificações, onde as várias entidades do SNQ devem apresentar propostas para atualizar o CNQ.

Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ)

O Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação é implementado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.), e está disponível no Portal Qualifica. O SANQ tem como objetivo planear a rede de ofertas, bem como fornecer informações e apoio a outros procedimentos de planeamento e gestão de estratégias de desenvolvimento de competências.

Desenvolvimento de competências

A Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.) define os critérios de planeamento da rede de cursos profissionais em cada ano letivo, cruzando a evolução da oferta educativa para jovens (cursos profissionais e cursos de formação) e a relevância obtida por cada qualificação, conforme previsto no artigo 30.º da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro.

A ANQEP, I.P., é também responsável por estabelecer os termos de aplicação e funcionamento dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo (Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro), através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO).

Ensino secundário

O Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário é um projeto integrado na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação, que monitoriza o percurso dos jovens portugueses que frequentam o ensino secundário, de forma a disponibilizar instrumentos de diagnóstico, monitorização e avaliação para apoiar a tomada de decisão local e central no subsistema educativo.

Ensino superior

No ensino superior, é a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) que fornece a informação oficial sobre os cursos e as instituições de ensino superior.

Os processos de admissão no ensino superior e a determinação do número de vagas são organizados anualmente. Esta quota anual tem em conta os limites estipulados na acreditação elaborada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a qual é responsável pela avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos e, nas licenciaturas e mestrados integrados, está sujeita às orientações definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, visando a regulação da oferta em função de determinados critérios, como a empregabilidade, a procura efetiva, as necessidades regionais e setoriais.

Estudos e divulgação

Entre as várias iniciativas, foram também promovidos estudos e sessões de apresentação/esclarecimento, nomeadamente a nível regional.

Foram desenvolvidas sessões de divulgação e disseminação para promover a reflexão entre os diferentes atores de vários ministérios e peritos nacionais/ internacionais.

3.4 Orientação e aconselhamento profissional

Nesta página

Serviços de orientação e aconselhamento profissional

Financiamento

Garantia de qualidade

Serviços de orientação e aconselhamento profissional

Os serviços de orientação e aconselhamento profissional são prestados por várias entidades, consoante o grupo-alvo. São principalmente supervisionados pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Estes serviços ajudam os cidadãos de todas as idades a identificar as suas capacidades, a decidir sobre a educação, formação e emprego e a gerir os seus percursos de aprendizagem e de carreira.

Ensino básico e secundário

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) articulam a orientação escolar e profissional com a comunidade educativa e os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional. A Direção-Geral da Educação (DGE) apoia as atividades dos psicólogos.

Ensino superior

As instituições são autónomas no que respeita aos serviços de aconselhamento, onde muitas vezes estes serviços são prestados por associações de estudantes e pelo Gabinete de Apoio à Inovação Pedagógica (GAIP). Estes serviços são geridos pelas próprias instituições.

Serviço Público de Emprego

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) oferece orientação profissional aos candidatos a emprego, com apoio presencial e online através do iefponline.

Instituições de ensino e formação profissional

A orientação é assegurada por professores e conselheiros, geridos por centros de formação da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.) O IEFP faz parte da rede de Centros Qualifica.

Outros

O myMentor é uma plataforma digital que oferece apoio profissional, incluindo procura de emprego, formação e compreensão das tendências do mercado de trabalho.

Garantia Jovem

Esta iniciativa inclui um Sistema Integrado de Informação e Orientação para a Qualificação e Emprego, com uma rede de parceiros que apoiam os jovens que se encontrem em situação NEET. Tem como objetivo melhorar a coordenação entre a orientação educativa e profissional e assegurar a divulgação do programa Garantia Jovem através de várias entidades educativas e emprego.

Financiamento

O Programa Operacional Capital Humano (POCH) aloca 176,5 milhões EUR para melhorar a qualidade da educação e da formação, sendo 175 milhões EUR provenientes do Fundo Social Europeu e 26,5 milhões EUR de fundos nacionais. Até 2020, foram gastos 30 milhões EUR em Serviços de Orientação Profissional nas escolas, com o objetivo de ter um psicólogo por cada 1140 alunos até 2023.

Garantia de qualidade

Os serviços de orientação profissional são avaliados no seu contexto. Os serviços do sistema educativo são avaliados através de autoavaliações e avaliações externas pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC). Estas avaliações têm em conta documentos escolares, indicadores de sucesso académico, inquéritos de satisfação realizados à comunidade e entrevistas. Os relatórios destacam os pontos fortes, as áreas a melhorar e apresentam recomendações. O Poch avalia igualmente as medidas destinadas a melhorar a qualidade da educação e da formação, incluindo o desenvolvimento dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO).

3.5 Estágios e aprendizagens

Nesta página

Orientações oficiais sobre estágios e aprendizagens

Promover os estágios e as aprendizagens

Reconhecimento dos resultados de aprendizagem

Financiamento

Garantia de qualidade

Orientações oficiais sobre estágios e aprendizagens

As políticas ativas de emprego promovem programas de estágio para licenciados e jovens com cursos profissionais e tecnológicos. Existem vários programas de estágio:

Estágios curriculares: formam parte de um plano de estudos de um curso, obrigatório em áreas como a Medicina e o Ensino, geralmente não remunerado.

Estágios extracurriculares: opcionais, organizados por empresas, podem ser remunerados ou não.

Estágios profissionais: para aceder a associações profissionais e certificados.

Os estágios podem ser nacionais ou internacionais, consoante o programa. Os regulamentos variam consoante o tipo e o objetivo.

Cursos de educação e formação/profissionais

Estes cursos ajudam os jovens a entrar no mercado de trabalho e podem incluir bolsas de estudo e subsídios. Oferecem formação em ambiente de trabalho real.

Estágios remunerados

Financiados por fundos comunitários, parte do programa Garantia Jovem destinado a jovens e adultos NEET até aos 35 anos de idade.

Estágios não financiados

Organizado por empregadores sem financiamento público, regulado pelo Decreto-Lei n.º 66/2011.

Estágios de associações profissionais

Exigido para certas profissões, implica um exame de admissão e um estágio profissional.

Direitos e deveres

Os estágios remunerados implicam um contrato, sujeito a duração do trabalho, pausas e regras de ausência. Os estágios estão sujeitos à tributação e às contribuições para a segurança social.

Promover os estágios e as aprendizagens

A participação dos jovens em estágios e aprendizagens é promovida através de vários canais: portais online, redes sociais, folhetos e feiras como a “Futurália” e o QUALIFICA.

Bolsa de Emprego do Setor Público

Processos de recrutamento e mobilidade na administração pública,

lefpoline

Portal do IEFP para a publicação de estágios e medidas de emprego.

Rede de serviços do IPDJ

Disponibiliza informação através da Linha da Juventude/ (+351) 800 20 30 50 e das Lojas Ponto JA.

Reconhecimento dos resultados de aprendizagem

Varia consoante o tipo de programa. Os estágios curriculares são avaliados e podem dar direito a créditos (ECTS). Os estágios remunerados são avaliados por conselheiros e emitidos certificados. Os estágios Erasmus+ podem oferecer equivalência de créditos. Os estágios das associações profissionais obedecem a regulamentos específicos.

Financiamento

O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) financia iniciativas de emprego para jovens com 350 milhões EUR maioritariamente provenientes de fundos europeus.

Garantia de qualidade

Os programas são monitorizados através de avaliações, auditorias e do cumprimento de protocolos de cooperação. O IEFP publica estatísticas de empregabilidade e supervisiona a alocação de apoios financeiros. Os estágios em administração pública exigem relatórios finais e o Contacto Inov, no qual os estagiários fornecem informações pós-estágio durante cinco anos.

3.6 Integração dos jovens no mercado de trabalho

Nesta página

Medidas para o emprego jovem

Medidas de flexisegurança centradas nos jovens

Conciliação da vida pessoal e profissional dos jovens

Financiamento de ações/iniciativas existentes

Garantia de qualidade

Medidas para o emprego jovem

O apoio aos jovens empreendedores inclui programas como o Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, COOPJOVEM e o Programa “Trajetos”.

Trabalhar no estrangeiro

A Rede EURES é uma rede de cooperação europeia de serviços de emprego em todos os países da UE, Islândia, Liechtenstein, Noruega e na Suíça. A EURES facilita a livre circulação de trabalhadores, fornecendo informações e serviços de apoio ao emprego a trabalhadores e empregadores e ao reforçar a cooperação e o intercâmbio de informações entre as suas organizações membros.

Os principais objetivos da EURES são:

melhorar a transparência e a informação sobre as oportunidades de emprego, bem como sobre as condições de vida e de trabalho a nível transfronteiriço

prestar assistência na procura de emprego e no recrutamento transfronteiriço

facilitar a cooperação entre as suas organizações membros e com as partes interessadas

A EURES presta dois serviços principais:

Uma em 31 países, que presta serviços online e presenciais sobre a mobilidade laboral na UE e assistência no recrutamento e na procura de emprego. O pessoal da EURES também está presente nas regiões transfronteiriças, fornecendo informações aos trabalhadores e empregadores transfronteiriços sobre questões como a segurança social, os seguros ou a fiscalidade.

A EURES também oferece:

Regimes de mobilidade específica que apoiam o recrutamento em setores ou países específicos, ou que apoiam grupos específicos de trabalhadores, eventos de recrutamento online que reúnem candidatos a emprego e empregadores.

(ver também subcapítulo 3.7 – Mobilidade transfronteiriça no domínio do emprego, empreendedorismo e das oportunidades profissionais)

A rede EURES é outro serviço integrado na Garantia Jovem.

Estratégias de divulgação

A plataforma Garantia Jovem e os canais das redes sociais ajudam a pré-registar e a informar os jovens sobre as oportunidades de emprego e de empreendedorismo. A informação é também divulgada através do portal online do Instituto Português do Desporto e Juventude e dos gabinetes regionais.

Medidas de flexissegurança centradas nos jovens

A Medida de Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho promove a oferta de emprego e a redistribuição da mão de obra. O IEFP e o ISS apoiam a contratação de desempregados e grupos desfavorecidos, no qual as entidades empregadoras beneficiam de isenções de contribuições para a Segurança Social na contratação de jovens.

Estatuto do Trabalhador-Estudante

Regulamentado pelo Código do Trabalho, este estatuto fornece benefícios para os trabalhadores que sejam também estudantes, incluindo horários flexíveis e faltas justificadas para a realização de exames.

Conciliação da vida pessoal e profissional dos jovens

Promoção da igualdade de género no mercado de trabalho

A fim de promover a igualdade de género, existem apoios cada vez mais significativos para a contratação de desempregados do sexo sub-representado numa profissão (menos de 33,3 % de representação). O

objetivo é incentivar os jovens a escolherem profissões baseadas na vocação, sem estereótipos de género.

Apoio social aos progenitores (pais e mães) que estudam

Define medidas de apoio social e escolar aos progenitores que se encontram a estudar para combater o abandono e o insucesso escolar, promovendo a educação dos jovens.

Garantia de qualidade

A nível europeu

O relatório de 2016 da Comissão Europeia sobre a Garantia Jovem em Portugal destacou a necessidade de melhorar o controlo e o acompanhamento. Em 2023, o Grupo de Análise de Políticas analisou a implementação da Garantia para a Juventude, registando as baixas taxas de NEET em Portugal (8,4 %) e a eficácia das medidas, embora sejam necessárias melhorias nas avaliações de impacto das políticas.

A nível nacional

A Garantia Jovem é monitorizada pelo IEFP, I.P. utilizando indicadores de eficácia, eficiência e qualidade. As entidades públicas que participam na Garantia Jovem são avaliadas anualmente. O Plano de Execução inclui uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento liderada pelo Ministério do Trabalho. Os workshops e os estudos centram-se na melhoria das estratégias para os jovens NEET, abordando os desafios e reforçando os planos de ação locais.

Monitorização e avaliação da Garantia Jovem

As medidas da Garantia Jovem são monitorizadas ao abrigo dos regulamentos da UE e dos Planos Operacionais do Portugal 2020. Está em curso a avaliação da implementação, da eficácia e do impacto da Iniciativa para o Emprego dos Jovens.

3.7 Mobilidade transfronteiriça no domínio do emprego, do empreendedorismo e das oportunidades profissionais

Nesta página

Programas e regimes de mobilidade transfronteiriça

Quadro jurídico

Programas e regimes de mobilidade transfronteiriça

Em Portugal existem programas de mobilidade transfronteiriça que permitem aos jovens trabalhar, estagiar ou adquirir experiência profissional no estrangeiro. Estes programas são classificados em estágios, trabalho e projetos empresariais.

Estágio

Inov Contacto - Estágios Internacionais de Jovens Quadros

Os Estágios Internacionais de Jovens Quadros são geridos pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e estão integrados no Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem (PNI-GJ), sendo que este programa conta com o apoio da União Europeia. Destina-se a jovens NEET (jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação) com menos de 30 anos e com qualificações de ensino superior (ISCED 5).

Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) através do Instituto Diplomático, este programa cria estágios nas representações diplomáticas portuguesas. Tem como objetivo fomentar o interesse e as competências em Relações Internacionais e Política Externa portuguesa.

Constituir uma empresa

Erasmus para jovens empreendedores.

Financiado pela Comissão Europeia, este programa destina-se a jovens empreendedores que pretendem criar a sua própria empresa. Promove a aquisição de competências no estrangeiro e o intercâmbio de

conhecimentos com empresários experientes de outros países participantes. Os jovens podem viajar durante um a seis meses e são parcialmente financiados pela Comissão Europeia para trocar conhecimentos e ideias de negócio.

Trabalho

A rede EURES fornece informações aos trabalhadores e empregadores transfronteiriços, bem como assistência na procura de emprego e no recrutamento transfronteiriço. O oferece postos de trabalho disponíveis através dos membros e parceiros EURES, proporcionando recursos de recrutamento para candidatos a emprego e empregadores.

Os regimes de mobilidade específica concedem apoio financeiro para o recrutamento e para trabalhar no estrangeiro.

Programa de Aprendizagem (IPDJ, I.P.)

Campos de Trabalho Internacionais

O Instituto Português do Desporto e Juventude desenvolve um programa de intercâmbio para jovens portugueses e estrangeiros entre os 18 e os 30 anos. Promove a partilha de experiências e o conhecimento de novas realidades socioculturais através de processos educativos não formais e interculturais

Informação

Os jovens podem obter informações sobre todos os programas e os processos jurídicos e administrativos necessários para a mobilidade internacional através de vários canais:

O Portal das Comunidades Portuguesas (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

- O Portal Iefponline (IEFP, I.P.)
- O portal nacional da EURES (IEFP, I.P.)
- O portal Drop'pin
- O Portal da Segurança Social Direta (Instituto da Segurança Social)

Quadro jurídico

A maioria dos quadros jurídicos relativos à mobilidade internacional aplica-se à população em geral. No entanto, existem alguns acordos bilaterais entre o Governo português e os governos estrangeiros que regulam a concessão de vistos a jovens entre os 18 e os 30 anos para viajarem e trabalharem no estrangeiro durante um determinado período.

3.8 Desenvolvimento de competências de empreendedorismo

Nesta página

Quadro político

Aprendizagem formal

Aprendizagem não formal e informal

Apoio dos educadores na educação para o empreendedorismo

Quadro político

A União Europeia reconhece a "iniciativa e o espírito empreendedor" como sendo competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida, essenciais para a realização pessoal, inclusão social, cidadania ativa e para o emprego. A promoção da educação para o empreendedorismo é um objetivo estratégico, destacado em documentos como "Repensar a Educação" e o "Plano de Ação Empreendedorismo 2020". Os Estados-Membros variam no que diz respeito ao desenvolvimento e investimento nestas políticas.

Em Portugal, o primeiro programa educativo para o empreendedorismo, o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE), teve início em 2006 e é dirigido às escolas do ensino básico e secundário. Apesar de ter sido feita uma recomendação em 2012 para promover o empreendedorismo dos jovens, o relatório de 2016 da rede Eurydice não encontrou nenhuma estratégia nacional explícita. A estratégia StartUp Portugal, na sequência do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+e+i) de 2011, centrou-se no desenvolvimento das empresas e não na educação.

Em 2016, foi introduzida uma Estratégia de Educação para a Cidadania, integrando a educação para o empreendedorismo no currículo escolar. O programa EJA (2016-2017) apoiou projetos de criação de empresas ou de entidades da economia social. O projeto "Emprende Jovem", em parceria com a Câmara Municipal do Porto, promove uma cultura empreendedora entre os jovens. O programa "Trajetos" (2022) tem como objetivo proporcionar oportunidades de educação, formação, emprego ou empreendedorismo a jovens NEET. O "Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem" apoia a empregabilidade e o empreendedorismo dos jovens através de redes municipais.

Implementação

As iniciativas de emprego e empreendedorismo jovem ocorrem a nível regional e local com parcerias entre universidades, instituições de investigação e PME. As estratégias locais incluem campanhas escolares, concursos, workshops e aconselhamento empresarial. Portugal dispõe de uma rede de organizações governamentais e não governamentais que colaboram nesta área como a Associação

Nacional de Jovens Empresários (ANJE), a Plataforma para a Educação do Empreendedorismo em Portugal (PEEP) e a Fundação Junior Achievement Portugal. Apesar da inexistência de uma estratégia nacional, Portugal lidera algumas experiências políticas europeias, como o projeto Youth Start – Entrepreneurial Challenges.

Aprendizagem formal

Em Portugal, a educação para o empreendedorismo não está incluída diretamente no currículo escolar, mas faz parte do currículo de Educação para a Cidadania, que não é obrigatório no ensino básico. Cada escola gere a sua implementação de forma autónoma, podendo envolver parcerias com outras entidades ou famílias. No ensino secundário, a educação para o empreendedorismo não faz parte dos cursos científico-humanísticos. No ensino profissional, pode ser integrado em módulos ou unidades de formação.

O ensino superior incorpora o empreendedorismo através de competências transversais no currículo e de atividades extracurriculares, com uma colaboração crescente entre instituições e empresas.

Parcerias com outras entidades – experiências práticas de empreendedorismo

As experiências práticas de empreendedorismo não fazem parte do currículo escolar, mas podem ser oferecidas através de atividades extracurriculares e de programas nacionais que envolvam parceiros externos. O projeto Youth Start – Entrepreneurial Challenges, em colaboração com o Ministério da Educação e a PEEP, introduz experiências práticas de empreendedorismo na escolaridade obrigatória, alinhadas com o Plano de Ação Empreendedorismo 2020 da Europa.

Aprendizagem não formal e informal

Existem várias iniciativas que promovem a educação para o empreendedorismo através de experiências práticas, seguindo as diretrizes da União Europeia.

Programa Escolhas

O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional que tem como missão promover a integração e a inclusão social de crianças e jovens provenientes de meios socioeconómicos mais vulneráveis. Atualmente apoia 118 projetos em todo o país, incluindo nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Uma das áreas prioritárias de intervenção é o empreendedorismo e a capacitação dos jovens.

No âmbito da sua intervenção no domínio do empreendedorismo, o Programa Escolhas desenvolveu um portal eletrónico – Empreendedorismo – uma escolha de futuro com uma área para formadores e outra para jovens entre os 14 e os 24 anos, na qual estão disponíveis manuais de empreendedorismo.

Instrumentos de avaliação das competências para o empreendedorismo na educação não formal

O Projeto ASTEE, desenvolvido por uma parceria europeia, visa criar ferramentas comuns para identificar e sistematizar os resultados da aprendizagem no ensino do empreendedorismo para alunos do ensino básico, secundário e superior. Em Portugal é coordenado pela PEEP e pelo Ministério da Educação.

Apoio dos educadores na educação para o empreendedorismo

A educação para o empreendedorismo geralmente não está incluída na formação dos professores. Os cursos profissionais fornecem diretrizes e recursos, mas os professores podem adaptar os materiais. O Guia de Educação para o Empreendedorismo inclui planos para sessões de formação para professores.

Formar outras entidades

Materiais didáticos

A Direção-Geral da Educação disponibiliza recursos no seu sítio Web, incluindo manuais e vídeos. O GTREE, um grupo intergovernamental, elaborou diretrizes sobre a educação para o empreendedorismo para as escolas básicas e secundárias.

3.9 Financiamento de startup para jovens empreendedores

Nesta página

Acesso à informação

Acesso ao capital

Acesso à informação

O ecossistema empresarial português apoia o desenvolvimento de projetos através da facilitação/trabalho em rede, qualificação/formação e desenvolvimento/financiamento. As principais entidades públicas incluem IAPMEI, IEFP e o IPDJ. O IAPMEI promove o empreendedorismo, enquanto o IEFP e a CASES fornecem informações sobre a juventude e o empreendedorismo social. O IPDJ disponibiliza informações através de vários canais. As organizações não governamentais como a ANJE também desempenham um papel importante, oferecendo iniciativas como a Loja do Empreendedor e a Academia do Empreendedor.

Acesso ao capital

O financiamento público para o empreendedorismo jovem está disponível através de programas nacionais e europeus. O programa StartUp Portugal, integrado na Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, apoia o empreendedorismo através do desenvolvimento do ecossistema, do financiamento e da internacionalização. A Rede Nacional de Incubadoras liga incubadoras e aceleradoras, promovendo a cooperação e a partilha de recursos. A StartUp Portugal - Vale Incubadora apoia os empreendedores através do financiamento de serviços profissionais para o desenvolvimento das empresas.

Rede Nacional de Incubadoras

Visa mapear e ligar incubadoras e aceleradoras em Portugal, promovendo a cooperação, a partilha de recursos e a profissionalização de serviços para aumentar a competitividade.

StartUp Portugal - Vale Incubadora

Apoia os empreendedores e as startups através do financiamento de serviços profissionais para o desenvolvimento de empresas incluindo a gestão, o marketing, o apoio jurídico e a proteção da propriedade intelectual.

StartUp Portugal - StartUp Voucher

Encoraja jovens empreendedores (18-35 anos) a desenvolver projetos com apoio técnico e financeiro, incluindo uma bolsa mensal de 700 EUR durante um período máximo de 12 meses.

Programa Semente

Apoia os investidores individuais em startups inovadoras com regimes fiscais favoráveis para promover o empreendedorismo e a inovação.

Programa Startup Visa

Concede autorizações de residência a empreendedores estrangeiros que desenvolvam projetos em Portugal, com acolhimento e apoio de incubadoras certificadas.

Fundo de Business Angels

Atrai Business Angels nacionais e estrangeiras através de fundos de contrapartida.

Road 2 Web Summit

Prepara as startups portuguesas para participarem em grandes eventos tecnológicos, como a Web Summit.

Missions Abroad

Apoia a presença internacional das startups ao incluí-las em delegações oficiais e coordenar a sua comunicação com os mercados estrangeiros.

Startup Hub – Plataforma digital de mapeamento e matchmaking

Centraliza as informações de apoio às startups e conecta as mesmas com empresas do setor.

Pitch Voucher

Facilita o acesso das startups às relações empresariais, ao financiamento e à orientação.

Formação para empreendedores

Oferece cursos de formação reembolsados em 90 % aos empreendedores e ao seu pessoal através dos fundos COMPETE.

Inovgov – Soluções inovadoras de startups para o setor público

Promove soluções inovadoras das startups junto dos gestores do setor público, reduzindo os obstáculos aos concursos públicos.

Open Kitchen Labs

Fornecer instalações para as startups testarem novos produtos e serviços de restauração.

Energy Challenge

Financia startups tecnológicas que desenvolvam soluções energéticas inovadoras, oferecendo até 50 000 EUR por projeto.

Inov Comércio

Promove o empreendedorismo e a inovação no comércio através de concursos.

Fundos de Coinvestimento Internacional

Atrai fundos de capital de risco para startups, permitindo coinvestimentos de 10 a 50 milhões EUR por fundo, perfazendo um total de até 200 milhões EUR.

Linha ADN Startup

Fornecer apoio financeiro através de uma linha de crédito de 10 milhões EUR para startups e microempresas que têm, no máximo, 4 anos de existência. As empresas podem receber até 50 000 EUR, que podem ser duplicados em condições específicas, com prazos até 8 anos e um período de escassez de capital até 24 meses.

Keep-Key Employee Engagement Programme

Oferece incentivos fiscais aos trabalhadores de empresas do setor tecnológico com menos de 6 anos, que os isenta do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares nas participações em capital.

Instrumentos de coinvestimento com incubadoras e aceleradoras

Apoia programas de aceleração e linhas de cofinanciamento com incubadoras e aceleradoras, facilitando o acesso ao capital por parte dos empreendedores.

Capital + Aceleração

Fornecer financiamento para acelerar o crescimento das startups com operações de investimento de capital que podem ser convertidas em empréstimos.

Linhas de financiamento para projetos tecnológicos no Turismo

Apoia projetos tecnológicos no setor do turismo, incluindo a digitalização e soluções baseadas na IA, com linhas de apoio específicas e avisos de capital de risco.

Call MVP – Minimum Viable Products

Oferece investimento de capital de risco para novas ideias, tecnologias e produtos, com investimentos até 1 milhão EUR.

Metro Accelerator for Hospitality Powered by Techstars

Fornecer consultoria, testes de produtos e orientação para startups do setor da hotelaria, facilitando o acesso a investidores internacionais.

Espaço Empresa para startups – Fast Track to Land in Portugal

Cria pontos de atendimento para empreendedores estrangeiros, oferecendo apoio bilingue e pacotes de informação.

Tech Visa –Atração de talento para Portugal

Tem como objetivo atrair pessoal altamente qualificado para empresas inovadoras e tecnológicas em Portugal, facilitando a sua entrada no mercado de trabalho.

Digital Hackathons nas áreas do Comércio, Turismo e Indústria

Promove hackathons temáticos para resolver desafios tecnológicos, aumentando a visibilidade e o reconhecimento das startups.

Centro de Inovação no Turismo com uma Digital Academy e uma Incubadora Especializado no Setor

Apoia a inovação no turismo, desenvolvendo novas ideias e projetos empresariais e atraindo startups internacionais.

Think Tank de apoio ao Mercado Único Digital para a Europa

Um think tank para ajudar as startups a crescerem no mercado europeu, acelerando o Mercado Único Digital (MUD) e posicionando Portugal como líder no empreendedorismo digital. A StartUp Portugal modera o diálogo com os principais parceiros em Bruxelas e dos Estados-Membros da UE, propondo medidas para facilitar a internacionalização das startups e modernizar a indústria.

INCoDe.2030

Uma ação de política pública para desenvolver competências para o futuro, investindo em novos conhecimentos e na criação de emprego. As medidas incluem:

- Academia I4.0: Rede de academias para melhorar as qualificações do pessoal para a Indústria 4.0.
- Fábricas de aprendizagem: Desenvolvimento de demonstradores para tecnologias inovadoras.
- Contratação de investigadores: Recrutamento em áreas cruciais para a excelência técnica.
- Ações interempresariais: Serviços de formação para desenvolver competências digitais.
- Instrumentos de avaliação: Avaliação da maturidade da empresa para a Indústria 4.0.
- Planos de ação: Conteúdo universal de aprendizagem online para a autoformação.
- Rede de Formadores Qualificados: Garantir a excelência técnica nas academias I4.0.
- Parcerias I4.0: Alinhamento de temas em parcerias de I&D.

Academia I4.0

Promove uma rede de academias i4.0 em empresas que desenvolvem planos para melhorar a qualificação do seu pessoal em resposta aos desafios da 4.ª revolução industrial, nos domínios do saber-fazer, reduzindo os tempos de preparação no início de uma nova função e aumentando a eficiência da pessoa e da empresa, bem como da qualidade do produto ou serviço.

Fábricas de aprendizagem

Incentiva e permite o desenvolvimento de Fábricas de Aprendizagem nas academias i4.0 como demonstradoras de tecnologias, processos, operações e metodologias inovadoras.

Contratação de investigadores em áreas críticas da I4.0

Aumenta o recrutamento de investigadores em áreas críticas da i4.0 para garantir a excelência técnica e científica nas academias i4.0.

Ações interempresariais na I4.0

Incentiva ações interempresariais promovidas por entidades do meio empresarial e centros de qualificação com experiência comprovada na prestação de serviços de formação individual e coletiva de pessoas, que contribuam para o desenvolvimento de competências digitais.

- Ferramentas para avaliar a maturidade das empresas face aos desafios da Indústria 4.0
- Cria e testa ferramentas para avaliar a maturidade das empresas face aos desafios da indústria 4.0.

Planos de ação e conteúdos de referência em I4.0

Propõe a criação de planos de ação e conteúdos de referência disponíveis num formato universal e gratuito, via aprendizagem online para potenciar a autoformação e qualificar a procura de serviços, em consonância com os instrumentos de avaliação e diagnóstico.

Rede de formadores qualificados em matérias I4.0

Incentiva a criação de uma rede de formadores qualificados em temas i4.0, garantindo a qualificação das academias i4.0 para responder aos desafios do mercado com excelência técnica.

Parcerias I4.0

Incentiva o alinhamento dos temas da i4.0 nas parcerias de IDT.

Outras medidas no âmbito do acesso ao capital

Concurso Nacional de Jovens Empreendedores

Promovida pela Fundação da Juventude e pela Câmara Municipal do Porto, esta iniciativa fomenta uma cultura empreendedora entre os jovens dos 15 aos 30 anos com projetos inovadores em várias áreas.

Portugal Inovação Social

Uma iniciativa nacional que promove o empreendedorismo social através de quatro instrumentos de financiamento: Reforço das capacidades de investimento social, Parcerias de impacto, Obrigações de impacto social e o Fundo de inovação social. Utiliza os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para promover a inovação social.

Gov Tech

Uma iniciativa governamental que apoia as startups que contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Os vencedores recebem 30 000 EUR, colaboram com o Estado, recebem um espaço na incubadora e o apoio à internacionalização, bem como o acesso à Web Summit.

Outras medidas destinadas a apoiar o espírito empreendedorismo jovem

Terceira Tech Island

Transforma a Ilha Terceira num polo tecnológico, atraindo empresas de TI com infraestruturas, formação e incentivos financeiros.

Biocant Park

Oferece instalações para escritórios gratuitas e formação para programadores, com o objetivo de formar 300 trabalhadores altamente qualificados.

Gulbenkian Hack for Good

Uma maratona de desenvolvimento que promove soluções tecnológicas para desafios sociais, reforçando a ligação entre a tecnologia e os setores sociais.

Ies - Social Business School

Centra-se na Inovação e no Empreendedorismo Social oferecendo formação, investigação e consultoria.

Lisbon Challenge

Um programa de aceleração que alinha as competências e prepara as startups para os desafios.

Programa de Aceleração da Startup Braga

Ajuda os empreendedores a definir modelos de negócio, a criar produtos e a fazer crescer as suas empresas.

Dream Assembly

Um acelerador tecnológico do setor da moda e do retalho que oferece mentoria, trabalho em rede e financiamento na fase inicial.

Techstars Lisboa

Investe em startups que levam a transformação digital a áreas-chave.

Bright Pixel

Transforma a inovação e a criação de empresas.

Semana do Empreendedorismo de Lisboa

Promove um ecossistema empreendedor dinâmico em Lisboa através de eventos anuais.

Semana Start & Scale do Porto

Promove a inovação e o empreendedorismo no Porto, reforçando o seu papel no movimento ScaleUp

Missões de apoio à internacionalização

Apoia a participação de startups portuguesas em eventos tecnológicos internacionais e visitas oficiais, aumentando a sua visibilidade e a reputação de Portugal como um país inovador.

3.10 Promoção da cultura do empreendedorismo

Nesta página

Eventos e atividades especiais

Redes e parcerias

Eventos e atividades especiais

Feiras e eventos

Principais eventos:

- Lisbon Investment Summit: Uma conferência europeia para startups, investidores e executivos para estabelecer contactos e criar oportunidades de investimento.
- Semana do Empreendedorismo de Lisboa: Evento anual com conferências, workshops e mesas redondas com a participação de investidores, instituições financeiras, incubadoras e universidades.

Plano estratégico para o empreendedorismo - StartUp Portugal

A Estratégia Nacional para o Empreendedorismo do Governo destaca a iniciativa dos jovens portugueses. A StartUp Portugal promove a internacionalização, atraindo startups e investidores para Portugal e participando nos principais eventos tecnológicos mundiais.

Programa Web Summit

O maior evento tecnológico do mundo para o empreendedorismo realiza-se em Lisboa desde 2016. A StartUp Portugal maximiza o valor do evento com iniciativas como o Road 2 Web Summit e o Born from Knowledge.

Academia de Empreendedores

Criada pela Associação de Jovens Empresários em 1997 para promover o empreendedorismo e a assunção de riscos. As principais atividades incluem:

Feira do Empreendedor: evento anual para oportunidades de negócio e criação de trabalho em rede.

Roadshow Integrado de Empreendedorismo: promove o empreendedorismo nas instituições de ensino.

Concurso de Ideias: incentiva os jovens a desenvolverem ideias de negócios, atribuindo o certificado de jovem empreendedor do ano.

Atividades de promoção

São várias atividades de divulgação que promovem o empreendedorismo dos jovens, nomeadamente no âmbito do programa Garantia Jovem e da StartUp Portugal. A colaboração com entidades públicas e ONG, governos locais e campanhas de informação são componentes fundamentais.

Empreendedorismo social

As iniciativas de apoio ao empreendedorismo social são sobretudo regionais, com exemplos como o programa Juventude+ nos Açores e o IES – Social Business School em Cascais. A nível nacional, a CASES apoia projetos de empreendedorismo social.

Redes e parcerias

Incubadoras

O ecossistema empreendedor em Portugal desenvolve-se com base em aceleradores e incubadoras. O Governo criou uma Rede Nacional de Incubadoras no âmbito da estratégia da StartUp Portugal, com o objetivo de integrar incubadoras ligadas a universidades, autoridades locais e associações empresariais. Estas incubadoras implementam e monitorizam medidas como o Startup Voucher e o programa StartUp Portugal Momentum.

Centro de Empresa e de Inovação

Os Centros de Empresa e de Inovação (CEI) apoiam empresários e PME inovadoras, promovendo o empreendedorismo e o desenvolvimento regional. Reconhecidos pela Comissão Europeia, estes centros são coordenados pela Rede Europeia dos Centros de Empresa e de Inovação (EBN).

Iniciativas de promoção de empreendedorismo que envolvam organizações privadas e públicas e a sociedade civil

Rede Nacional de Mentores

A Rede Nacional de Mentores (RNM) é uma iniciativa gerida pelo IAPMEI, I.P., cujo objetivo é apoiar os empreendedores para que possam desenvolver as suas ideias e projetos empresariais através da mentoria. Envolve aqueles que partilham as suas experiências (mentores) e os aspirantes a empreendedores.

Esta iniciativa não se destina diretamente aos jovens, mas estes também podem beneficiar da mesma.

Mentores da rede StartUP Voucher

Rede de mentores no âmbito do StartUp Voucher como uma das medidas da StartUp Portugal, que oferece aos jovens orientação e mentoria por parte de gestores/empreendedores experientes.

Iniciativas de promoção do empreendedorismo que envolvem organizações de juventude.

Existem também iniciativas de promoção do empreendedorismo desenvolvidas por organizações de juventude, como a Fundação da Juventude, uma instituição privada de interesse público.

Ninhos de empresas

Os Ninhos de Empresas (NIDE) são espaços físicos de incubação que existem desde 1992, que prestam apoio técnico, material e logístico e que permitem a realização de atividades empreendedoras.

O objetivo é reforçar a capacidade criativa e empreendedora dos jovens entre os 18 e os 35 anos de forma a contribuir para o reforço do emprego por conta própria, em especial dos jovens recém-licenciados e promover a criação de microempresas.

São geridos pela Fundação da Juventude e promovidos por ministérios e organismos do Governo português que atuam nas áreas da economia, educação, ciência e juventude, bem como pelo IAPMEI, I.P.

3.11 Debates e reformas atuais

A pandemia de COVID-19 e as atuais guerras na Ucrânia e no Médio Oriente tiveram e continuam a ter um impacto significativo nos jovens em Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao acesso e à integração no mercado de trabalho e ao acesso aos cuidados de saúde.

As políticas públicas desempenham um papel importante no desenvolvimento de atitudes empreendedoras e na formação para o empreendedorismo.

Vários governos portugueses implementaram programas e iniciativas com o objetivo de aumentar a taxa de criação de novas empresas ou entidades de economia social por parte dos jovens.

O empreendedorismo e a criação de emprego por conta própria têm sido vistos como uma forma de promover o crescimento económico e reduzir o desemprego.

Na área do empreendedorismo dos jovens destacam-se três iniciativas:

- O “Concurso Nacional de Jovens Empreendedores”, promovido pela Fundação da Juventude em parceria com a Câmara Municipal do Porto, que pretende desenvolver um conjunto de iniciativas contínuas com o objetivo de promover uma cultura empreendedora junto dos jovens, enquanto promove e afirma o Porto como uma cidade empreendedora de referência. O “Concurso Nacional de Jovens Empreendedores 2024” destina-se a jovens entre os 15 e os 30 anos que tenham projetos inovadores e empreendedores nos domínios ambiental, tecnológico, criativo, cultural e social.
- O “Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem”, uma iniciativa de trabalho em rede entre municípios empenhados em oferecer aos seus jovens mais e melhores oportunidades para o seu futuro, criando condições para o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. Em linha com as orientações da Comissão Europeia, com os princípios do Ano Europeu da Juventude em 2022 e com o Ano Europeu das Competências em 2023, o “Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem” pretende ser uma plataforma informal de partilha para que os municípios facilitem oportunidades de desenvolvimento de competências que são críticas para uma empregabilidade de qualidade e para o empreendedorismo jovem apoiando, assim, a fixação dos seus jovens.
- O programa “Trajetos”, criado através de uma Portaria publicada em fevereiro de 2022, visa promover o acesso dos jovens em situação NEET a oportunidades de educação, formação, emprego ou empreendedorismo.

Considerando que os jovens são uma das principais preocupações do atual governo português, e tendo em conta o problema do desemprego jovem e do acesso dos jovens ao mercado de trabalho, esperam-se futuras iniciativas nesta área em Portugal, nomeadamente no domínio do empreendedorismo jovem,

que permitirá combater eficazmente este problema promovendo simultaneamente a transição dos jovens para a vida adulta.